

**16º CONCURSO**  
**2009**

**PROVA ESCRITA GERAL**

Todas as questões devem ser fundamentadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1ª Questão (60 pontos)**

Determinada Secretaria do Estado Rio de Janeiro formula consulta à Procuradoria Geral do Estado indagando se, em contrato administrativo de obra pública, pode ser inserida cláusula que exclua o dever do Estado de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses de força maior e caso fortuito. Opine, na qualidade de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, acerca da juridicidade da cláusula.

**2ª Questão (40 pontos)**

Ajuizou-se ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro em decorrência de danos oriundos de ato ilícito praticado por agente público estadual. Indaga-se, à luz do princípio da indisponibilidade do interesse público, se é possível ao Estado celebrar transação nos autos para pagar valores pecuniários sem a observância do artigo 100, *caput*, da CRFB-88.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 1ª Questão (60 pontos)

Discorra sobre a contracautela na tutela de urgência.

### 2ª Questão (40 pontos)

Pode o impetrante desistir unilateralmente do mandado de segurança no curso de apelação por ele interposta contra sentença denegatória?

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1ª Questão (50 pontos)

Comente o fenômeno da mutação constitucional e seus limites, fazendo referência à competência conferida ao Senado Federal pelo art. 52, X, da Constituição.

### 2ª Questão (50 pontos)

Projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional tem por objeto a declaração de inconstitucionalidade de lei em vigor. Comente a validade constitucional de tal medida.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

### 1ª Questão (60 pontos)

Austregésilo, proprietário de terreno urbano na cidade do Rio de Janeiro, contrata com Gildásio a outorga do direito real de superfície do referido terreno, por prazo indeterminado. O contrato foi realizado por escritura pública, devidamente registrada no cartório do registro de imóveis competente. Passados três anos e cinco meses da contratação, estando o contrato sendo cumprido regularmente, Gildásio vem a falecer. Seus herdeiros, Alberto, Luiza e Castanho, alienam o direito real

de superfície para Frederico, sem que fosse concedido a Austregésilo o direito de preferência em igualdade de condições. Indaga-se: quais os direitos de Austregésilo?

### 2ª Questão (40 pontos)

Os administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais estão sujeitos ao poder disciplinar da Comissão de Valores Mobiliários?

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### 1ª Questão (50 pontos)

Dado município instituiu contribuição de iluminação pública, sem gravar a União Federal, mas gravando o Estado. Pode o Judiciário afastar a cobrança ou suprimir o benefício com base na isonomia?

### 2ª Questão (50 pontos)

Em março de 2008, um contribuinte declarou, através de GIA, o valor do ICMS devido, mas não efetuou o pagamento. Em abril do mesmo ano, o mesmo contribuinte não declarou nem pagou o imposto. Quais os prazos para o Estado do Rio de Janeiro exigir os valores que lhe são devidos nesses meses?

## RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 1ª questão (50 pontos)

A contribuição sindical regida pela Consolidação das Leis do Trabalho é devida pelos ocupantes de cargo público efetivo?

### 2ª Questão (50 pontos)

Qual a Justiça competente para julgar ação indenizatória de danos próprios sofridos por herdeiros de vítima de acidente de trabalho?

## PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### 1ª Questão (20 pontos)

Homologada uma licitação para a compra de impressoras, antes de assinado o contrato, o gestor toma conhecimento de promoção de uma grande loja de departamentos vendendo idênticas impressoras pela metade do preço ofertado pelo licitante vencedor. Como Procurador do Estado, de que forma orientaria o gestor público diante desta situação?

#### 2ª Questão (20 pontos)

Para execução de obra pública de grande vulto (rodovia estadual interligando vários municípios), é publicado edital de licitação para escolha de empresa especializada que a realize, o que suscita, de logo, impugnação de interessados. Acolhendo representação formulada, o Tribunal Estadual de Contas solicitou para exame cópia do edital de licitação já publicado, deliberando por determinar diligência para adoção de medidas corretivas pertinentes do instrumento convocatório. Cumprida a diligência em termos dados como satisfatórios, realiza-se a licitação e celebra-se o contrato. Na execução deste, o Tribunal de Contas, no desempenho de suas atribuições de controle das despesas dele decorrentes e atendendo a denúncia de superfaturamento, determina à Administração, preventivamente, a suspensão de sua execução, comunicando a irregularidade à Assembléia Legislativa. Silente a respeito o Legislativo pelo prazo em que deveria pronunciar-se, pergunta-se:

- a) a atuação do Tribunal de Contas em relação ao edital e à suspensão preventiva da execução da obra foi juridicamente correta?
- b) que providências poderia a Corte de Contas adotar a seguir?
- c) as providências possíveis envolveriam, necessariamente, a interveniência de que instituições?
- d) tais providências compreenderiam a responsabilização direta e solidária de agentes públicos e da empresa contratada para a obra em execução?

#### 3ª Questão (20 pontos)

Discorra sobre a analogia no Direito Administrativo.

#### 4ª Questão (20 pontos)

Preocupado com a situação emergencial atual do Estado envolvendo o sistema prisional, o Governador edita decreto que autoriza a contratação sem licitação para todas as aquisições de bens, fornecimento de serviços e obras relativas ao sistema. A partir de então, o ordenador de despesa prorroga o contrato de fornecimento de quentinhas por mais seis anos, prorroga contrato de serviço de rádio derivado de dispensa por emergência por mais 100 dias (tendo sido cumprido o prazo de 90 dias antes da prorrogação) e, diante de rebelião ocorrida no final de semana, autoriza, sem qualquer formalidade inicial, a contratação de reparos que foram efetuados antes da abertura de qualquer processo administrativo. Diante de tais fatos, indaga-se:

- a) a edição do decreto é suficiente a justificar as contratações sem licitação?
- b) baseando-se no decreto, poderia ser prorrogado o contrato de fornecimento de quentinhas?
- c) o contrato de serviço de rádio, celebrado a partir de dispensa por emergência por 90 dias, pode ser prorrogado por mais 100 dias?
- d) há possibilidade de se contratar os reparos dos danos causados pela rebelião sem qualquer formalidade inicial, tal como a abertura de processo administrativo próprio?

#### 5ª Questão (20 pontos)

Decreto do Poder Executivo Estadual institui “programa de recuperação do patrimônio histórico religioso” e autoriza a Secretaria de Estado de Cultura a realizar obras e contratar serviços para reforma de “Igrejas, Conventos e Templos protegidos pelo patrimônio histórico”.

Ocorre que o Ministério Público Estadual instaura inquérito civil, nos termos da Lei federal nº 8429, de 1992, para apurar suposta lesão aos princípios da legalidade e do Estado laico, e requer a notificação do Governador do Estado.

Elabore as razões de defesa do Estado.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 1ª Questão (25 pontos)

Discorra sobre os meios de defesa do executado no cumprimento de sentença.

**2ª Questão (25 pontos)**

Na pendência de ação anulatória em que discute a inconstitucionalidade de determinado tributo estadual, em curso na Comarca da Capital e já contestada pelo Estado, o devedor é citado, em execução fiscal na Comarca do interior em que domiciliado, para pagar débito relativo ao mesmo tributo. O devedor, então, opôs embargos, suscitando a prejudicialidade da ação anulatória e reiterando a arguição da inconstitucionalidade da lei que instituiu o tributo.

Como Procurador do Estado, quais seriam seus argumentos para a impugnação aos referidos embargos?

**3ª Questão (25 pontos)**

Focalize as semelhanças e as diferenças entre o mandado de segurança e a ação cautelar na tutela de direitos fundamentais do homem.

**4ª Questão (25 pontos)**

Em ação de indenização por danos materiais e morais, a sentença transitada em julgado julgou procedente o pedido referente aos danos materiais, silenciando totalmente sobre os danos morais. Pode o autor perseguir o direito à condenação por danos morais por algum outro meio? Em caso afirmativo, quais seriam esses meios?

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª Questão (20 pontos)**

À luz do princípio constitucional da legalidade administrativa e do teor da Súmula 473 do STF, tem amparo constitucional a teoria do fato consumado, aplicada em face da Administração Pública?

**2ª Questão (20 pontos)**

A Lei Federal n. 12.153/09 determina aos Estados que criem juizados especiais da fazenda pública “para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência”. Comente a constitucionalidade do dispositivo.

**3ª Questão (30 pontos)**

Relativamente à decretação do estado de sítio com fundamento no artigo 137, II, da Constituição, discorra sobre os seguintes pontos:

- a) a decisão do Presidente da República fica vinculada à manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional?
- b) poderão ser suspensas as garantias do *habeas corpus* e do mandado de segurança, bem como o direito de greve?
- c) o decreto presidencial está sujeito a controle jurisdicional?

**4ª Questão (30 pontos)**

Comente sobre a necessidade de aplicação da reserva de plenário nas seguintes hipóteses:

- a) análise de lei anterior à Constituição de 1988;
- b) interpretação conforme à Constituição;
- c) declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto;
- d) declaração de inconstitucionalidade de regulamento.

**DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

**1ª Questão (20 pontos)**

Pode o erro de direito servir de escusa ao descumprimento de obrigação civil?

**2ª Questão (20 pontos)**

João e Maria, companheiros, vivendo sob o mesmo teto desde janeiro de 1995, têm dois filhos e ocupam imóvel público que invadiram no início da convivência. O imóvel está situado em área urbana da Cidade do Rio de Janeiro e mede 232m<sup>2</sup>. João e Maria não são titulares de outro imóvel urbano ou rural. O poder público notifica-os estabelecendo prazo de sessenta dias para a desocupação do referido bem. Pergunta-se: quais os direitos de João e Maria?

### 3ª Questão (20 pontos)

Maurício tem 16 anos, sendo filho de Adélia e Zenóbio, moradores da cidade de Petrópolis. Maurício foi matriculado no Colégio Estadual Bom Pastor. Em um passeio de caráter cultural organizado pelo Colégio, Maurício danifica valiosa estátua em uma galeria de arte, pertencente a Ramiro. Este ajuíza ação indenizatória em face de Maurício, Adélia, Zenóbio e também do Estado do Rio de Janeiro. Trace a linha de defesa do Estado na demanda.

### 4ª Questão (20 pontos)

O edital de privatização de uma empresa pública estadual prevê a criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade do Estado, à qual o estatuto social conferirá direito de voto nas deliberações relativas aos laudos de avaliação de bens estaduais a serem transferidos à sociedade privatizada a título de integralização de aumento de capital. Opine sobre a validade da previsão contida no edital.

### 5ª Questão (20 pontos)

Companhia Brasileira de Hotéis explora o hotel Barra Praia, único estabelecimento de sua propriedade. Está em negociações para vendê-lo a Hotéis Cariocas S.A., que somente se dispõe a celebrar o negócio se atendido o seguinte:

- (i) a compradora não se sub-rogará no contrato celebrado com escritório de advocacia para a defesa da Companhia Brasileira de Hotéis em ações trabalhistas;
- (ii) caso a compradora seja obrigada a pagar débitos da vendedora anteriores à transferência do estabelecimento, a vendedora estará obrigada a indenizar a compradora pelo que esta houver pago para liquidar o débito;
- (iii) a vendedora estará impedida de explorar, seja como proprietária ou a qualquer outro título, hotel na Cidade do Rio de Janeiro pelo prazo de 10 (dez) anos.

Manifeste-se sobre a validade dessas exigências.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### 1ª Questão (25 pontos)

Por ocasião do divórcio, casal formula partilha de bens comuns. Ao varão caberá a titularidade exclusiva de dois imóveis, cada um no valor de mercado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), localizados no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Rio Grande do Sul. À mulher caberá a titularidade exclusiva de imóvel, no valor de mercado de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), localizado no Estado de São Paulo. Não houve qualquer reposição.

Comente sobre a incidência do imposto de transmissão.

### 2ª Questão (25 pontos)

Discorra sobre a elisão abusiva.

### 3ª Questão (25 pontos)

O artigo 74 da Lei estadual 5.427/2009 prevê que “*prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Estadual, direta e indireta, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado*”. Já o § 1.º estabelece que “*incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho*”.

Essas disposições são aplicáveis ao processo administrativo tributário estadual?

### 4ª Questão (25 pontos)

Considere as três situações abaixo, todas em operações interestaduais:

- a) posto de gasolina recebe combustível acompanhado de nota fiscal sem o destaque da substituição tributária;
- b) posto de gasolina recebe combustível acompanhado de nota fiscal com destaque da substituição tributária em montante inferior ao que determina a legislação estadual;
- c) posto de gasolina recebe combustível acompanhado de nota fiscal com o destaque da substituição tributária correto, mas o substituto não efetuou o recolhimento do montante destacado.

Pode o Estado do Rio de Janeiro, considerando a Lei estadual nº 2.657/96, exigir o montante correspondente à substituição tributária do posto? Responda à luz dos dados apresentados, da Constituição Federal, do CTN, da Lei Complementar 87/96 e da legislação estadual.

## RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 1ª Questão (25 pontos)

Movimento grevista dos empregados da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) ocupa estação elevatória e ameaça interromper seu funcionamento se as suas reivindicações não forem atendidas.

Qual a medida processual adequada a garantir a continuidade de tal serviço essencial e qual o juízo competente para julgá-la?

### 2ª Questão (25 pontos)

Em Reclamação Trabalhista movida em face de empresa estatal dependente, constata-se a incidência de reflexos econômicos para o ente público controlador.

Consultado acerca da viabilidade do ingresso do Estado na referida demanda, sugira fundamentadamente a linha de ação a ser adotada pela Procuradoria Geral do Estado.

### 3ª Questão (25 pontos)

Diante da premente necessidade de suprir vagas do quadro de fiscais da Secretaria de Estado do Ambiente, mas considerando as dificuldades orçamentárias do ente público, que não recomendariam a realização de concurso público, é encaminhada à Procuradoria Geral do Estado consulta a respeito das possibilidades alternativas de recrutamento de pessoal para tal atividade. Opine fundamentadamente a respeito do tema.

### 4ª Questão (25 pontos)

Empresa estatal tradicionalmente superavitária vem a se tornar dependente do ente público controlador. Indaga-se, à luz do princípio da irredutibilidade do salário, se é possível que a Administração Pública passe a fazer incidir o limite constitucional na remuneração dos empregados que o excederem.